



José Gabriel Ávila*

A Pobreza e o mundo rural

1.- O debate televisivo realizado esta semana sobre a Pobreza nos Açores demonstrou, uma vez mais, que a situação social no arquipélago é deveras preocupante. Os indicadores sociais colocam-nos na cauda do país e da Europa.

Ao contrário do que se esperava, os intervenientes, à exceção do académico Fernando Diogo, não apresentaram nem discutiram as razões de fundo de tão grave problema, nem consensualizaram soluções básicas para o ultrapassar.

Mais uma vez, espera-se por um estudo novo (mais um!) que sirva de base para os poderes públicos delinarem uma estratégia que enfrente as causas que sustentam o nosso subdesenvolvimento.

As medidas em vigor não são mais que paninhos quentes para matar a fome, ou para diminuir as dificuldades de sobrevivência dos mais carenciados e excluídos, mantendo-os numa dependência que afronta os seus direitos mais básicos.

Sai ano, entra ano e vamos ficando ainda mais atrás da média nacional, apesar de continuarmos a beneficiar dos apoios financeiros correspondentes aos programas da União Europeia, acrescidos de outros fundos concedidos para as regiões ultraperiféricas (RUP).

A incapacidade dos responsáveis públicos e da sociedade em geral – todos somos responsáveis pelo nosso destino coletivo, como salientou Gualter Furtaido – faz com que, de ano para ano, seja maior o fosso entre a Europa desenvolvida e a débil economia açoriana.

O debate da RTP-A teve o mérito de revelar a diferença de pontos de vista sobre a economia social e sobre os conceitos de pobreza e exclusão social, a que estão intimamente ligados o envelhecimento, o decréscimo da população, o insucesso e abandono escolares, os deficientes cuidados de saúde, as carências habitacionais, a migração de jovens da periferia em busca de empregos mais vantajosos nos centros urbanos, etc.

Quem vive no arquipélago dos Açores pode ser tentado a acreditar que a economia dos tempos livres, é a nossa galinha dos ovos de ouro e que será ela a salvação do nosso desenvolvimento. Fala-se, frequentemente no aumento do número de visitantes, dos proventos obtidos com o número de dormidas, da vitalidade e capacidade do alojamento local, de novas unidades hoteleiras de grande dimensão, tudo apoiado com fundos da UE, como se aí estivesse o sucesso para o nosso futuro. Justifica-se até a indústria turística pode continuar a aumentar porque o arquipélago está longe de atingir o limite de visitantes, mas não se diz qual é. Todavia, raramente se fala dos baixos salários do setor e da importância que o turismo deve trazer às pequenas economias locais, aproveitando as suas capacidades.

Estas questões já deviam estar a ser analisadas e discutidas pelas várias entidades públicas e privadas, pois, como afirmou o sociólogo Fernando Diogo, o pior que pode acontecer à nossa economia é ficar dependente da “monocultura do turista” como, durante largo tempo, dependemos da “monocultura da vaca”.

Perante estes alertas, que rumo tomar para ultrapassar o estágio de pobreza em que se encontra um terço dos açorianos, vivam eles em zonas urbanas ou rurais, trabalhando ou não?

Ou será que a pobreza é uma inevitabilidade secular das populações insulares que só se ultrapassa recorrendo, inevitavelmente, à emigração, como narra a nossa História?

2.- A problemática da exclusão social atinge também o mundo rural, onde o envelhecimento e o despovoamento cada vez mais se fazem sentir.

Num estudo sobre o “*Despovoamento e novas paisagens rurais: que sustentabilidade para o território português?*”, Maria A. Pires de Almeida afirma: que “*O despovoamento rural é irreversível. (...) Mas as populações que ainda vivem no interior também merecem o acesso aos serviços e à qualidade de vida dos outros cidadãos, direitos que lhes estão atribuídos na Constituição da República Portuguesa.*”¹

Esta situação abrange todas as ilhas, nomeadamente as chamadas “ilhas pequenas”, onde a escassez de gente, de quadros e de recursos de toda a ordem é evidente, qualquer que seja a época do ano.

Todas essas fragilidades, impedem a fixação das populações que manifestam uma forte consciência coletiva de isolamento, de abandono, de falta de proteção na saúde, na educação, na mobilidade, no acesso ao emprego e na aquisição de bens.

Esses açorianos de corpo e alma como os demais, têm a noção perfeita que

lhes advém da sua experiência de vida que os centros de decisão das instituições políticas, sociais, culturais e até religiosas dão maior importância às Ilhas e núcleos populacionais mais numerosos e desvalorizam as questões e dificuldades das gentes da periferia.

Foram anos e anos em que “as ilhas de baixo” – assim designadas – se distanciaram do oriente, não por culpa própria, e se aproximaram por força da emigração das “califórnicas perdidas de abundância”, feliz designação do poeta florentino Pedro da Silveira.

Há que inverter esta mentalidade centralista e olhar de outra forma o despovoamento rural.

“*Mais do que inverter o processo demográfico – uma ‘utopia’ – é preciso adaptar a economia local e nacional a um país com menos gente*”. E acrescenta a socióloga: “*há partes do nosso território onde não vai ser possível recuperar população e actividade económica*” e onde coesão territorial significará “*gerir o declínio*” [para diminuir] “*as assimetrias regionais [com] investimento selectivo, qualificador e capaz de valorizar os recursos endógenos dos territórios*” – afirma Maria A.P. Almeida no citado estudo.

A paisagem rural de algumas ilhas apresenta-nos muitas faixas de terrenos, outrora quintas de apreciadas frutas e campos de milho, batatas, hortícolas, completamente abandonados, ocupados por faias, incensos e silvado. Os terrenos de baixa altitude foram transformados em pastagens, no âmbito do ciclo da “monocultura da vaca” que, dizem, passa por dificuldades devido à concorrência externa.

Perante este cenário de incerteza e atendendo ao envelhecimento e à falta de mão de obra nas zonas rurais, que saída há para a revitalização desses territórios com significativa dimensão em cada uma das nove ilhas?

Ou acredita-se que a “monocultura do turista” vai retirar da exclusão social as populações mais desprotegidas e envelhecidas?

O problema é sério demais e a sua apreciação tem o carimbo de URGENTE.

Haja coragem para o encarar de frente, para que os açorianos de um extremo ao outro do arquipélago tenham a mesma dignidade e os mesmos direitos.



¹ Maria Antónia Pires de Almeida, -Investigadora do CIES, ISCTE-IUL, 2019, CER2019, VIII Congresso de Estudos Rurais, VIII Encontro Rural RePort, sob o tema “Paisagens culturais. Heranças e desafios no território”

https://www.academia.edu/41273496/Despovoamento_e_novas_paisagens_rurais_que_sustentabilidade_para_o_territ%C3%B3rio_portugu%C3%AAs